

## O DISCURSO SOBRE A LÍNGUA NO ENEM: ESTRATÉGIAS DE CONTROLE/REGULAGEM DA HETEROGENEIDADE

Anderson Lins Rodrigues<sup>1</sup> (UFCG)

### RESUMO

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) surge em 1998 em meio a um contexto de mudanças sócio-políticas que atribuem peso significativo à educação como instrumento de qualificação profissional. Para tanto, através do Enem, objetiva-se avaliar e reestruturar o ensino médio. Atualmente, além de possibilitar a certificação desse nível de ensino, o exame também é um instrumento de ingresso em muitas universidades. Ao considerar a abrangência do Enem, que mobiliza aproximadamente 6 milhões de participantes e, possivelmente, influencia a prática de muitos professores, nos propomos a compreender, à luz da Análise de Discurso, as representações de língua textualizadas em “provas de língua portuguesa” do Enem. Na tentativa de alcançar tais objetivos, tomamos como unidades de análise questões de língua portuguesa das edições 2006 e 2009 do Enem. Para consecução dos objetivos, recorreremos, como dispositivo teórico-metodológico, à perspectiva discursiva da Análise de Discurso, de linha francesa. Essa opção deve-se ao fato de acreditarmos que as representações acerca da língua podem ser mais bem compreendidas se lançarmos mão de alguns postulados da perspectiva discursiva. Diante de um exame de avaliação do ensino médio de caráter nacional e que (re)produz imagens sobre a língua, nossa pesquisa se justifica diante da necessidade de compreender criticamente tais imagens, que, possivelmente, influenciam a constituição da identidade linguística de professores e alunos em nosso país.

**Palavras-chave:** Enem. Língua Portuguesa. Heterogeneidade linguística. Discurso

---

<sup>1</sup> Mestre em Linguagem e Ensino pela Universidade Federal de Campina Grande – PB.

## 1. Para início do diálogo...

Na década de 1990, o Brasil está inserido em um contexto de mudanças sócio-políticas desencadeadas pela intensa urbanização, expansão do sistema educacional e pelo desenvolvimento tecnológico, resultados da Revolução Industrial. Tudo isso converge para a necessidade de atribuir um peso significativo à educação enquanto instrumento qualificador da mão de obra necessária ao novo mercado de trabalho. Nesse cenário, surge o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como meio pensado para reestruturar o ensino médio e nortear discussões para novas políticas educacionais do Brasil.

Ao longo dos anos, o Enem se expande, cresce e adquire espessura política em face das relações entre sociedade e trabalho. Atualmente, além de certificar e avaliar esse nível de ensino, o exame também é um importante instrumento de ingresso em muitas universidades – aproximadamente 600. Esse número, a cada ano, se amplia, pois muitos brasileiros recorrem ao exame, objetivando o ingresso no nível superior.

Desde sua primeira edição (1998), o Enem objetiva avaliar os alunos egressos do ensino médio a partir de um modelo de provas baseado no desenvolvimento de competências e habilidades. O exame também propõe a reflexão de um tema para que o aluno redija uma dissertação.

Em 2009, o Ministério da Educação (MEC), através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), instituto responsável pelo exame, lançou uma nova Matriz de Referência para o Enem. Neste documento, há cinco eixos cognitivos<sup>2</sup> que são comuns às quatro áreas do conhecimento das provas do exame: Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.

---

<sup>2</sup> I. Dominar linguagens (DL); II. Compreender fenômenos (CF); III. Enfrentar situações-problema (SP); IV. Construir argumentação (CA); V. Elaborar propostas (EP). (BRASIL, 2009, p. 01)

Essa última área se caracteriza pela abordagem das muitas formas de manifestação da linguagem<sup>3</sup>, bem como por veicular questões sobre língua portuguesa.

Para cada uma das grandes áreas, em sua complexidade e abrangência, há 30 habilidades que norteiam a abordagem das questões.

A Matriz de Referência para o Enem e também os documentos oficiais que regem o ensino médio (PCN, 2002; OCEM, 2006; entre outros) recomendam a abordagem linguística a partir de uma perspectiva heterogênea, o que nos leva a supor que as representações sobre a língua, neste exame, devem tomar a heterogeneidade como pressuposto. No entanto, considerando que são muitas as representações sociais que circulam sobre a língua, ora entendendo-a como um código abstrato e desvinculado das práticas sociais, ora relacionando-a a usos e práticas sociais diversas, levantamos a hipótese de que o discurso acerca da língua nas questões de língua portuguesa do Enem se constitui de forma tensa, a partir do entrecruzamento dessas representações.

Ao considerar a abrangência de um exame de avaliação nacional, que mobiliza aproximadamente 6 milhões de participantes e, possivelmente, influencia na prática de muitos professores que se veem direcionados a alinhar a sua atuação ao que preconiza o Enem, nos propomos a compreender, neste trabalho, *as representações de língua textualizadas em “provas<sup>4</sup> de língua portuguesa” do Enem.*

---

<sup>3</sup> A área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias aborda questões que versam sobre linguagem corporal, visual, verbal, literária, teatral, plástica, além dos códigos linguístico, icônico, social, entre outros. Por isso dissemos que se trata de uma grande área que contempla diversas possibilidades de abordagens.

<sup>4</sup> A prova da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias abrange muitas possibilidades de reflexões sobre a linguagem. Tais reflexões podem ser propostas considerando as diversas manifestações humanas mediadas por códigos e linguagens. Nesta pesquisa, quando mencionamos *“provas de língua portuguesa” do Enem*, estamos nos referindo ao conjunto de questões que tratam, especificamente, de abordagens sobre língua e diversidade/variação linguística nas edições 2006 e 2009 do exame. São essas questões que constituem o *corpus* desse trabalho.

Na tentativa de alcançar tais objetivos, tomamos como unidades de análise questões de língua portuguesa das edições 2006 e 2009<sup>5</sup> do Enem. Nossa opção por essas edições do exame deve-se ao fato de que apresentam um significativo número de abordagens que problematizam a relação entre língua e heterogeneidade linguística.

Sobre a delimitação temporal do nosso *corpus*, optamos pela edição 2006 da “prova de língua portuguesa” do Enem por considerarmos que, à época, havia uma orientação ideológica sobre a língua consolidada, uma vez que o exame já vinha ocorrendo anualmente desde 1998. A escolha das “provas” de 2009, por sua vez, deve-se ao intuito de verificar se, no transcurso entre 2006 e 2009, mudanças aconteceram no que se refere às representações de língua.

Ainda sobre as edições 2009 do exame, vale dar relevo ao fato de que, como dissemos, o MEC, através do INEP, lançou, em 2009, outra matriz de referência para o exame, inclusive atribuindo-lhe, a partir de então, o qualificativo de “novo” Enem. Diante desse “novo” percurso, nos interessamos em verificar se outras orientações ideológicas em relação à abordagem da língua se instauram nas “provas de língua portuguesa” dessa edição.

Dito isso, passemos, então, a uma breve discussão sobre o processo de produção de sentidos de acordo com os pressupostos teórico-analíticos da Análise de Discurso, de orientação pecheutiana.

## **2. Uma reflexão teórica sobre a produção dos sentidos à luz da Análise de Discurso (AD)**

A AD se constituiu em meados da década de 1960, tendo como objeto o discurso – objeto atravessado pela língua e pela ideologia. Essa noção de discurso nos propõe que o interpretemos enquanto espaços de regularidades associados a

---

<sup>5</sup> Analisaremos questões das duas provas elaboradas para 2009, ou seja, questões de português da prova cancelada devido ao vazamento, bem como questões da prova que foi (re)elaborada após esse episódio.

condições de produção. Isso nos leva a crer que a relação entre enunciadores e entre enunciados não são dimensões posteriores a uma estrutura linguística constituída já, “mas algo que condiciona radicalmente a organização da língua” (MAINGUENEAU, 1993, p. 21).

A AD, nesse sentido, propõe que o discurso é efeito de sentido entre locutores – sujeitos sócio-histórico-ideologicamente constituídos. Para ele (o discurso) convergem o social e o histórico, com suas normas e coerções inscritas, necessariamente, em formações discursivas. Por isso, o discurso é marcado ideologicamente, submetido à história e acontece em e a partir de condições determinadas (ORLANDI, 2005).

Portanto, não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia. É dessa relação primeira que surgem os discursos, advindos dos “sujeitos-posições-história”.

É no discurso e através dele que podemos perceber a relação de atravessamento entre língua e ideologia e também perceber as relações de sentido entre discursos, pois há sempre o lugar do Outro no discurso, ou seja, todo discurso remete a outro ou a vários outros possíveis, a depender das condições de produção.

No entorno do discurso, orbitam questões que inquietam a AD e, por isso mesmo, constituem o campo de atuação dessa disciplina. A “constituição” do indivíduo em sujeito e, nesse processo, a importância de sua exposição à historicidade, às ideologias constitutivas do interdiscurso, são, sem dúvida, questões merecedoras de algumas reflexões, uma vez que nossa pesquisa é perpassada por tais noções.

Para avançarmos na discussão sobre a linguagem, é pertinente dizer que a AD contempla a língua e a produção de sentidos a partir de alguns conceitos que merecem nossa atenção, tais como: Interdiscurso, Formação Discursiva, Interpretação, entre outros. Conceitos que discutiremos nas páginas seguintes por serem necessários à consecução dos objetivos desta pesquisa.

**Interdiscurso e Formação Discursiva (FD)**

Ao iniciar nossas reflexões sobre esses dispositivos teóricos da AD (Interdiscurso e FD), é válido dar relevo ao fato de que os abordaremos a partir da relação existente entre eles, pois são tão próximos que separá-los poderia levar a confusões terminológicas.

Nesse sentido, a fim de tratarmos de algumas noções sobre tais dispositivos, partimos das ideias de Grigoletto (2002, p.33), quando pondera que “é o interdiscurso que aparece no cerne do processo de constituição dos sentidos, enquanto, pode-se dizer, as formas de agrupamento dos sentidos seriam as formações discursivas”.

Com base nessas reflexões, propomos que o interdiscurso pode ser entendido como um conjunto disperso de enunciados a que o sujeito é exposto e, assim, constitui a memória do dizer, ou seja, o a-dizer, com “seus sentidos” e com ideologias que estão nesse fio transversal que nos constitui enquanto sujeito/posição-sujeito.

Essa reflexão nos conduz a outras: o sentido, a ideologia não parte de nós, pois não somos origem, mas efeito. É essa força material que nos constitui em sujeitos da ideologia. Ideologias nos perpassam, nos tornam clivados, cindidos. Elas estão nesses enunciados que, em seu conjunto, constituem o interdiscurso.

É sempre pertinente enfatizar, ao pensar em interdiscurso, que tomamos esse conceito como eminentemente plural, pois são inúmeros os enunciados que, de alguma forma, captamos e, por eles, somos captados. Eles (enunciados) estão no interdiscurso, ganhando corpo, sentido e estabelecendo relações de aproximação e de distanciamento, fazendo, através desse movimento, surgir as formações discursivas – regionalizações dos enunciados, dos sentidos.

Entender esses conceitos com base nas características da heterogeneidade e alteridade se faz necessário quando pensamos que interdiscurso e FD são, em seu conjunto, o resultado - indefinido e aberto - de uma diversidade de enunciados, sentidos e ideologias. Os discursos, pois, não surgem a esmo, nem de lugar nenhum,

mas justamente do dinâmico e conflituoso interior dessas FD e do seu conjunto, sempre margeadas e irrompidas do/pelo interdiscurso.

É essa dimensão vertical, a do interdiscurso, que gerencia a repetição, ao passo que instaura o esquecimento, o apagamento. Assim, o interdiscurso de uma FD pode ser considerado como o que regula o deslocamento das fronteiras da(s) FD (ORLANDI, *op. cit.*).

Dessa forma, o já-dito (as formulações anteriores) constitui, numa relação dinâmica, instável e de aparentes contradições, os “novos/outros” discursos. É nessa relação “paradoxal” com o exterior – outras formações -, que a “FD traz a alteridade para dentro do mesmo, fazendo com que se desestabilize a garantia de homogeneidade socioistórica de um corpus” (GRIGOLETTO, *op.cit.*, p. 31).

É, pois, com esse olhar – eminentemente heterogêneo - que direcionaremos nossa investigação sobre o(s) discurso(s) acerca da língua textualizado(s) em “provas língua portuguesa” do Enem. Claro é que, se a heterogeneidade está no centro constitutivo da(s) FD, onde são “produzidos” os discursos, esses (inclusive os discursos sobre a língua no Enem) não podem deixar de constituir um arranjo de elementos heterogêneos.

Diante desse quadro é que propomos pensar a FD como uma fronteira que se reserva a aberturas, a “furos” e espaços não preenchidos e, cremos, nunca preenchíveis, haja vista que, à medida que o sujeito se expõe a uma ideologia, um duelo se instaura entre o já armazenado/arquivado e o “novo”, o outro que invade, que provoca e desestabiliza aquilo pretensamente assentado.

É dessa forma que a AD concebe a interpretação com base em filiações de sentido. Na medida em que nos inscrevemos em uma ou em outra FD, enunciamos e “fazemos” sentido. É desse terreno discursivo – conflituoso, instável e fragmentado - que surgem os discursos: ele permite o dizível a partir das diversas enunciações que firmam em seu conjunto o domínio da memória (do saber discursivo); esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso.

O deslocamento das FD, em seu interior e em seu conjunto, é o que permite a constituição do discurso. O movimento, ora de aproximação, ora de afastamento, é aspecto constitutivo da noção de FD. Porém, em cada *gesto de interpretação*, mesmo momentaneamente, as FD se estabelecem e determinam de “modo próprio” as relações de sentido. É neste momento que atribuímos a identidade dos sentidos e dos sujeitos.

No que se refere a “sujeitos”, “sentidos” e também à “interpretação”, nas próximas páginas, discutiremos algumas conceituações pertinentes a essas questões. Acreditamos que tais reflexões são necessárias para avançarmos na compreensão de alguns dispositivos da AD que irão embasar nossa pesquisa.

### **Sujeito, Sentido e Interpretação**

Novamente, é do campo do heterogêneo que partimos para discutir noções acerca de sentido, interpretação e sujeito. A recepção da ideia de heterogeneidade pela enunciação permitiu a ampliação do conceito de sujeito, deslocando-o da posição de seu estatuto subjetivista, isto é, consciente, intencional e dono de seu discurso, para sujeito-efeito da ideologia, dialogicamente construído pela diferença. Em outras palavras, um sujeito sobre o qual a alteridade exerce decisiva influência, deixando sempre reservado, nele, o lugar do Outro que o constitui.

É pelo Outro que eu sei quem sou, tanto pela diferença como pelos traços que nos aproximam. É no terreno da diferença, do “igual/não-igual”, que o indivíduo se constitui em sujeito interpelado por ideologia(s). E é nesse embate que o sujeito tem a ilusão de ser a origem do que enuncia, acreditando que o dizer lhe pertence, é seu. O discurso, vindo das regionalizações dos sentidos (FD), margeadas pelo interdiscurso, sempre estiveram aí, sempre foram, a “independenter” do sujeito.

Portanto, o modo pelo qual o indivíduo é constituído em sujeito não lhe é acessível, porque o sujeito que se define como “posição” é um sujeito que se produz a partir de/em distintos e diversos discursos, numa relação regrada com o interdiscurso,

definindo-se em função de uma FD pela/na relação com as demais (ORLANDI, *op. cit.*). É nesse terreno onde o sujeito circula e promove deslocamentos, alterações no arcabouço do a-dizer, do formulável.

Pelo exposto, é perceptível que o sujeito, do ponto de vista da AD, é caracterizado pela dispersão, por ser eminentemente cindido, clivado, por ser constituído na relação com o interdiscurso. Caracteriza-lhe, ainda, o efeito da ilusão advindo do *esquecimento constitutivo*, pois é (in)consciente, não tem acesso ao que está posto no inconsciente, para onde vão e se (re)formulam, por meio de duelos, embates e aproximações, as ideologias, os dizeres múltiplos a que foi exposto e, assim, o constituíram como tal – sujeito-posição, sociohistoricamente constituído.

Isso posto, ao iniciar nossas reflexões sobre o(s) sentido(s), percebemos ser necessário, inicialmente, interrogar a “transparência”, enquanto qualificativo desse conceito. Em se tratando de AD, a interpretação se dá em função da historicidade, sendo, portanto, a interpretação o fator mais característico da historicidade.

Pela ótica da AD, a historicidade é entendida diferentemente de sua imagem conotadora de cronologia ou evolução, mas como produção, filiação e distribuição de sentidos. Assim, os sentidos são constituídos no interior de FD e no duelo entre elas.

Na medida em que o homem se constitui em sujeito, através da linguagem, que se inscreve na história para significar, estreita os laços com o sentido. “Sujeito e sentido constituindo-se ao mesmo tempo têm sua corporalidade articulada no encontro da materialidade da língua com a materialidade da história” (ORLANDI, *op. cit.*, p. 09).

É esta relação, pois, que constitui a historicidade do sujeito e dos sentidos. Os sentidos, assim entendidos, não estão postos, dados, mas são “efeitos de sentido”, imagens possíveis que estão atreladas ao contexto “instável” e heterogêneo já citado; podem ser outros, diferentes e deslocáveis.

No dizer de Orlandi (1998, p. 18), o sentido jamais está só, pois não se produz a uma só vez e em apenas um lugar: “O sentido se faz sentido. Em suas relações. Não há

gênese punctual de sentido. Ela é múltipla: do mesmo solo discursivo se originam muitos discursos”.

Pelo exposto, assumimos que o discurso sobre a língua em “provas de língua portuguesa” do Enem faz parte de um contínuo discursivo, uma vez que pode ser entendido como “estado de um processo discursivo não isolável”, em si, mas relacionado com estados outros. A heterogeneidade inscrita na natureza desse objeto nos leva a ponderar que é um discurso atravessado por diversas imagens sobre a língua.

Essas imagens são provenientes de diferentes FD, por vezes em relação de oposição, como também são advindas até mesmo de elementos contraditórios no interior de uma “mesma” FD.

Portanto, é preciso contemplar a possibilidade de que “o processo de resistência é justamente isso: estabelecer um outro lugar de discurso onde se possa (re)significar o que ficou ‘fora’ do discurso” (ORLANDI, *op. cit.*, p. 17).

Ao conhecer tais princípios de funcionamento e suas condições de realização, entenderemos as movências e os equívocos do “poder-dizer”. Adentrar nos meandros e entremeios do discurso sobre a língua das referidas “provas de português” do Enem é, pois, tentar captar os movimentos de entrega e resistência de um discurso atravessado por outros e ditos por sujeitos igualmente clivados e heterogêneos.

A esse respeito, consideramos a possibilidade de que o discurso sobre a língua no *corpus* desta pesquisa seja o resultado de ideologias que representam a língua a partir de pontos de vista diferentes. Ora estabelecendo filiações de sentido a uma perspectiva, ora resistindo e, ainda, silenciando para outras representações linguísticas.

E não poderia ser noutro “lugar”, senão no discurso, onde captamos todo o embate ideológico que o alicerça. É no discurso que se relacionam língua/sujeito/ideologia (sentidos). Interessante constatar, pelo exposto, que não se pode ensinar gestos de interpretação, pois não se muda a “(in)consciência” - resultado

das experiências vividas pelos sujeitos -, contudo, os processos de identificação (identitários) podem ser alargados pela exposição dos sujeitos à historicidade.

Esse deslocamento pode ser feito, mas sempre estaremos situados no campo da ideologia – dela ninguém escapa, não podemos enunciar senão partindo de posições ideológicas. A determinação ideológica, então, é inerente ao sujeito. Em termos comparativos, poderíamos dizer que ela está para o sujeito assim como a variação está para a língua. E a heterogeneidade e pluralidade estão para ambos.

Enfim, neste trabalho, pretendemos, na medida em que tentamos entrar no discurso de “provas de português” do Enem, chegar à(s) filiação(ões) político-linguística(s) que as sustentam.

Nas páginas seguintes, focaremos nossa abordagem nas imagens sobre a língua, tomando por base os discursos acadêmico-científico (o da Linguística) em sua relação com o purista-tradicional. Essa discussão se mostra necessária, haja vista que, ao passo que refletirmos sobre as ideologias que dizem a língua, poderemos compreender as representações linguísticas textualizadas no *corpus* desta pesquisa.

### 3. Como dizer a língua: embates discursivos entre a *unidade* e a *diferença*

Considerações como “Não sei nada de Língua Portuguesa”, “Não sei falar, nem escrever português” são, por muitas vezes, ouvidas por pessoas que se apresentam como professores dessa disciplina ou até mesmo por estudantes de Letras. Não são raras as situações em que, por assim nos apresentarmos, causamos certo “desconforto” em nosso interlocutor, que logo trata de se colocar em um lugar de falante desconhecedor da sua própria língua e, assim, enfatiza de que lugar social enuncia: como sujeito que desconhece e, por isso, fala “errado” a língua materna.

Possivelmente, o desconforto causado deve-se ao fato de haver cristalizada, no imaginário popular, a ideia de que, na condição de estudiosos da linguagem, sempre estamos à procura de incorreções, de erros, a fim de apontá-los e corrigi-los, independentemente da situação contextual em que transcorre o evento enunciativo.

Não podemos deixar de considerar que subjaz àqueles comentários uma idealização, predominante nas sociedades de escrita, de que existe uma forma certa de se comunicar, que recebe diversos nomes, a saber: “norma culta” ou “língua formal” ou ainda “língua padrão”. Reconhecê-la e saber usá-la são requisitos para a participação ativa na sociedade.

Do contrário, não tendo domínio dessa modalidade “correta”, surge a sensação de ignorância. Tal concepção decorre do ideal purista de que a língua seria o resultado de um grupo de regras que, por sua vez, ordena um conjunto de símbolos.

A ideologia que perpetua, por séculos, a ideia de língua pura e homogênea tem como esteio o fenômeno do purismo linguístico, que advoga que há um modelo de língua correto e que deve ser seguido e copiado por todos. Esse molde, para Bortoloni-Ricardo (2005), representa a necessidade de normatização da língua a partir de regras rígidas e invioláveis, uma vez que visam ao refreamento de usos outros que não condizem com o modelo eleito.

Nesse contexto, a gramática normativa surge como codificação ou doutrinação que visa à inviolabilidade da língua, competindo-lhe o papel de policiamento linguístico. No entanto, ao lançar o olhar corretivo sobre as “deformações” linguísticas, essa mesma gramática limita-se a pontuar o que é “certo” e o que é “errado”, sem preocupação em explicar as razões que levam a determinado uso ser assim julgado, importando, portanto, a regra em detrimento da justificativa.

Baseados em Britto (2003, p.62), entendemos que a ideologia que sustenta o disciplinamento da linguagem resulta dos interesses das classes socialmente prestigiadas. Através da língua, por ser “um dos lugares em que a ideologia é mais mascarada, é despercebida e, portanto, é violentamente realizada”, essas classes manifestam claro desejo de impor um pensamento hegemônico e uma representação da realidade que se coadune com os seus interesses.

Essa ideia nos leva a ponderar que nada em linguagem é inocente: há sempre um propósito de colonização do outro, de impor determinadas óticas que atendam às demandas ideológicas desses segmentos sociais. É nesse terreno que se situa o

fenômeno do purismo linguístico, da visão unilateral que se disfarça na e através da língua, afirmando que há um modo “certo” e único de se comunicar.

Esses argumentos podem ser comprovados ao observarmos, ainda que brevemente, a constituição político-linguística do nosso país. Voltando um pouco no tempo, percebemos a origem dessa ideologia excludente e aristocrática que estreita a visão sobre língua e, por conseguinte, causa danos às relações sociais e ao ensino de português.

Faraco (2008) propõe uma reconstrução histórica desse percurso a partir do século XIX, quando o Brasil dava seus primeiros passos após a emancipação política de Portugal. Ao pensar em emancipação, logo imaginamos que se trata de eximir-se da tutela portuguesa, dando relevo às características que distinguiam uma nação da outra.

No entanto, é justamente neste período que se registra uma forte tendência de aproximação político-cultural da colônia para com a metrópole, o que nos leva a crer que a sociedade, à época, ainda não tinha consolidada uma noção da pluralidade constitutiva do país – formada por etnias diversas, que influenciaram sobremaneira nos hábitos, na cultura e nas relações sociais, sempre mediadas pela língua(gem).

A heterogeneidade que compunha a sociedade daquela época, contudo, foi desconsiderada pela elite brasileira do período pós-independência que imaginava que o elemento europeu é quem constituía preponderantemente a então nacionalidade brasileira. Dizendo em outros termos, ao ver daquela elite, o Brasil, sim, fora emancipado, mas se assemelhava a Portugal na índole e nas feições, tem hábitos iguais, fala a mesma língua, professa a mesma religião, e obedece às mesmas leis (FARACO, *op.cit.*).

Respalda-se na metrópole era, pois, o intento da elite brasileira, que almejava, junto à construção de uma nação branca e europeizada, uma lusitanização progressiva da língua que por aqui se manifestava. Desde remotas épocas, já se cultivava a língua pura, isenta de variação e flexibilidade, o que resultou, entre outras coisas, na discriminação do português defeituoso, desagradável, popular, menos correto e

“vulgo” - expressado pelas raças outras que não eram a portuguesa, única detentora da língua uniforme e incorruptível, a qual todos deviam tender.

A lógica do discurso purista, ao mesmo tempo em que carrega uma ideia de segregação social, trata de inviabilizar qualquer situação que represente ameaça ao rompimento da ordem social por ela idealizada. Dessa lógica advém sentidos divergentes, que podem discursivizar a língua(gem) idealizada/estática e/ou a praticada/mutável.

Eis o nascedouro do purismo linguístico, fenômeno tão persistente e que exerce tamanho poder sobre o imaginário social que, mesmo transcorridos séculos, ainda está vivo, atuante e forte.

Abordar esse fenômeno se mostra necessário quando se pretende compreender o discurso sobre a língua em “provas de língua portuguesa” do Enem, uma vez que tal discurso pode ser também constituído pelas ideias tradicionais e puristas.

Interessante é, ainda, observar que a ideologia purista é transmitida de forma sutil, escamoteada no discurso de que para ascender socialmente é preciso, antes de tudo, dominar o código linguístico em que versam os “economicamente eleitos”, internalizando o seu repertório de palavras, como se fosse possível aprender essa linguagem para, posteriormente, associá-la ao seu conteúdo referencial. Conhecendo essa concepção instrumentalista, percebemos mais facilmente as nuances dessa “língua superficial”, desvinculada dos usos efetivos/reais e alheia ao contexto social de cada falante.

A ótica subjacente a esse fato social se mostra intolerante com relação à diversidade e à variação constitutiva da nossa sociedade e, conseqüentemente, da nossa língua. A formação político-social do Estado brasileiro, outrora (?) autoritária e centralizadora, ao que parece, enveredou pelas relações entre língua, sociedade e gramática.

A impossibilidade de adaptações, negociações ou intervenções, na área da linguagem, sinaliza também para a herança estruturalista, que isenta o sujeito de

quaisquer responsabilidades sobre os fenômenos da vida social. Esses seriam meras manifestações de ordem estrutural e não expressariam a ação e a vontade humana (COSTA, 2005). Assim, do ponto de vista estrutural, o homem é apenas um suporte inconsciente da estrutura já posta, inclusive do arcabouço linguístico - anterior e exterior a ele -, cabendo apenas orientar-se por um modelo único de correção.

Faraco (*op. cit.*), contudo, nos diz que não há um padrão absoluto de correção, uma única gramática concebível, mas, ao contrário, há que se considerar o fenômeno da variação linguística enquanto aspecto constitutivo da língua e, por isso, inerente a ela.

Assim sendo, não se impõe uma língua nem se tolhe a liberdade do falante, pois ele “dispõe da língua para realizar concretamente sua liberdade linguística, realizando-se assim ele mesmo como sujeito criador” (COSERIU, 2010, p. 59-60), até mesmo pelo fato de falar essa língua, é ele que a reinventa continuamente e, por isso, colabora na constituição de sua comunidade linguística.

Como conclusões, percebemos que, na atualidade, coexistem muitos discursos sobre a língua, dentre eles: o discurso purista, que se fundamenta na representação da língua como um código unitário e homogêneo; há também o discurso da heterogeneidade, que diz ser a língua um fenômeno diverso e passível de várias realizações.

Frente a essa confluência discursiva, trazemos à baila as “provas de língua portuguesa” do Enem. Este exame, por ser formulado pelo INEP, instituição ligada ao MEC, toma por base, para elaboração das questões, as orientações dos citados documentos que regem o trabalho com a língua. Isso posto, acreditamos que o discurso sobre a língua nessas provas respaldam-se na perspectiva linguística da heterogeneidade.

Contudo, não desconsideramos a possibilidade de que o discurso acerca da língua nestas provas seja atravessado por outros discursos. Consideramos essa possibilidade pelo fato de que, como dissemos, coexistem discursos diversos que

tentam definir a língua e, entre eles, não há apenas resistências, mas também silenciamentos, aproximações e entrecruzamentos.

Enfim, como resultado das determinações histórico-sociais, o discurso do Enem sobre língua pode contemplar, numa relação de atravessamento, essas representações da língua que circulam na sociedade. São esses aspectos que analisaremos nas páginas seguintes.

#### **4. Uma análise dos efeitos de sentido sobre a língua em “provas de língua portuguesa” do Enem**

Nesta seção, temos o objetivo de analisar as questões sobre língua e diversidade linguística das “provas de língua portuguesa” do Enem, objetivando compreender as imagens acerca da língua instauradas nestas questões. As questões demonstradas foram subdivididas e analisadas considerando o “texto-pretexto” utilizado em cada uma delas, o enunciado da questão e as alternativas/respostas possíveis.

Em linhas gerais, percebemos que o fenômeno da variação linguística é problematizado no exame. As questões, no entanto, ainda que materializem discursos que concebem a variação, dão grande realce à norma padrão (NP), o que nos leva a ponderar que essa ênfase acaba por silenciar as demais normas da língua e, por conseguinte, apaga a problematização do fenômeno da variação linguística.

Em outras palavras, ao insistir em abordagens sempre a partir da NP e sua relação ao registro formal e à formalidade, as questões legitimam uma norma em detrimento das demais e apagam o fenômeno da variação de normas e usos da língua.

Enfim, observamos haver materializados, nas questões selecionadas, alguns discursos sobre a língua, ora alinhados à ideologia purista, ora contemplando o fenômeno da variação e da heterogeneidade linguísticas. Há, ainda, efeitos de sentidos materializados nas questões que trazem essas duas perspectivas a partir de uma

relação polêmica. Isso posto, a seguir, verticalizaremos as explicações acerca dos efeitos de sentidos sobre a língua e diversidade linguística.

Objetivando aprofundar essas discussões, recortamos a primeira questão para análise. Trata-se da questão 6 da edição 2006 do Enem.

**Aula de português**

1 A linguagem  
na ponta da língua  
tão fácil de falar  
4 e de entender.

A linguagem  
na superfície estrelada de letras,  
7 sabe lá o que quer dizer?

Professor Carlos Góis, ele é quem sabe,  
e vai desmatando  
10 o amazonas de minha ignorância.  
Figuras de gramática, esquipáticas,  
atropelam-me, aturdem-me, seqüestram-me.

13 Já esqueci a língua em que comia,  
em que pedia para ir lá fora,  
em que levava e dava pontapé,  
16 a língua, breve língua entrecortada  
do namoro com a priminha.

O português são dois; o outro, mistério.

Carlos Drummond de Andrade. **Esquecer para lembrar**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

**Questão 6**

No poema, a referência à variedade padrão da língua está expressa no seguinte trecho:

A "A linguagem / na ponta da língua" (v.1 e 2).

"A linguagem / na superfície estrelada de letras" (v.5 e 6).

"[a língua] em que pedia para ir lá fora" (v.14).

"[a língua] em que levava e dava pontapé" (v.15).

"[a língua] do namoro com a priminha" (v.17).

ENEM 2006 PROVA 1 – AMARELA

Questão 6 - Enem 2006 (prova amarela)

A questão se estrutura a partir da leitura de um conhecido poema de Drummond que remete à representação da chamada “variedade padrão”. Observamos que o “texto-pretexto” problematiza duas representações de língua que são abordadas pela distinção entre a formalidade/escrita/linguagem artificial e informalidade/oralidade/linguagem espontânea.

A questão, contudo, reduz essa discussão, por se deter em apenas solicitar a referência à NP. Observamos também que tal referência não é explicada, ou seja, não há explicitação de que parâmetro é tomado para embasar essa suposta referência.

Verificando as alternativas, percebemos que, possivelmente, trata-se de uma alusão metafórica, uma vez que, se tomarmos como critérios algumas das prescrições

da NP, como ortografia, regência etc., constataremos que todas as alternativas estão corretas. O gabarito oficial, no entanto, nos informa que a alternativa “B” é a “certa”.

A abordagem da questão nos revela um interdiscurso também constituído por sentidos que dizem a NP como instância da língua relacionada apenas à modalidade escrita – essa que tem *status* de língua (BAGNO, *op. cit.*). De acordo com essa interpretação, a recorrência à variedade padrão não pode ser pretendida em situações de oralidade. Os contínuos de variação entre “in-formal/oral/escrito” são apagados nessa abordagem.

Dito isso, verificamos, nessa abordagem, a sinalização para alguns sentidos armazenados em FD que entendem a língua e os falantes a partir de posições delimitadas, como se fossem precisos os limites entre a formalidade e a informalidade, entre, pois, a escrita e a oralidade e, ainda, entre o conhecimento de sujeitos que sabem e outros que desconhecem. Dessa forma, a língua é abordada a partir de um viés dicotômico. A representação da língua, nesse caso, advém de FD que regionalizaram sentidos que não contemplam os “desbordamentos” existentes entre as normas, nem a relação entre essas e os usos (FARACO, *op. cit.*).

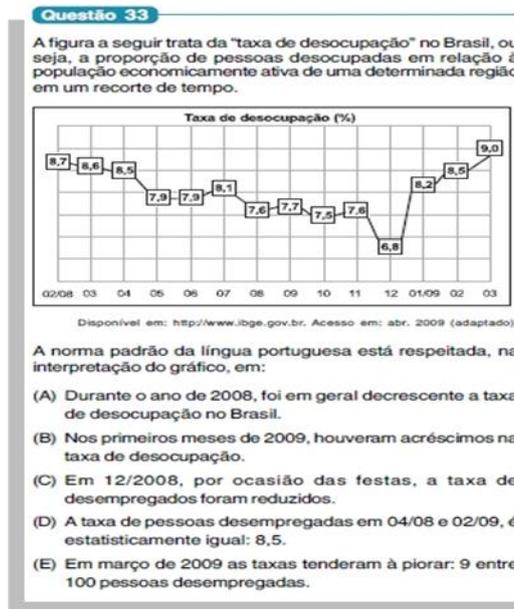
O conflito conceitual inerente à língua(gem) foi silenciado através da instauração de dicotomias linguísticas e do atrelamento de uma possível formalidade, expressa na e pela NP, a uma possibilidade de manifestação linguística: a escrita – proposta no poema como distante, difícil, assim como a própria variante padrão.

Essas reflexões nos levaram a avançar em busca de outras representações linguísticas veiculadas no *corpus* desta pesquisa, a fim de verificarmos a recorrência de representações da língua estabelecidas com base na variante padrão.

Encontramos, assim, na prova cancelada de língua portuguesa da edição 2009 do Enem, a questão 33. Ela se estrutura a partir de um gráfico como “texto-pretexto” que deve ser “interpretado” pela observação de cinco alternativas.

Em uma dessas alternativas, conforme propõe o enunciado, a NP estaria “respeitada”. Ao aluno, cabe reconhecer a alternativa que melhor representa esse “respeito” à NP. Em outras palavras, é solicitado o conhecimento dessa norma a partir

de alguns assuntos preconizados pela/na gramática tradicional enquanto meio de reconhecer esse suposto respeito à NP.



Questão 33 – Enem 2009 (prova cancelada)

Percebemos que a problematização instaurada pela leitura do gráfico não é referendada pela questão. Não há, pois, contextualização do problema que traz o gráfico, tampouco reflexão sobre possíveis usos da NP.

O enunciado pede o reconhecimento da, ou melhor, o “respeito” à NP, veiculado em uma das cinco interpretações do gráfico. Uma vez mais, encontramos, assim como na questão anterior (06 - Enem 2006), uma associação à escrita, aos postulados gramaticais, como características da NP.

Percebemos, ainda, que essa questão, ao contrário da anterior, não usa, no enunciado, a expressão “variedade padrão”, mas NP, o que traz implicações para problematização da variação linguística. Ao que parece, pelo apagamento da expressão “variedade”, há certa resistência em conceber o fenômeno da diversidade linguística.

Também observamos que essa questão utiliza, mais explicitamente, algumas das prescrições da gramática tradicional para estabelecer a representação da variante padrão, através dos assuntos: pontuação, ortografia, concordância e crase.

Portanto, de acordo com a formulação da questão, diz respeito ao padrão linguístico as enunciações que, tão-somente, observarem os postulados da gramática. Não havendo, pois, nenhuma discussão sobre os usos linguísticos, o contexto sociodiscursivo em que tal norma pode ser pretendida.

Essas observações nos levaram a perceber a presença de outro discurso materializado nesta abordagem: a subserviência ao que prega a prescrição gramatical como requisito imprescindível para estar – linguisticamente - do lado “correto”, sem infringir aquilo que a gramática “diz que é para ser”, bem como a evidência de que existe uma NP pertencente à ou advinda da gramática.

Não é preciso estar tão atento para perceber a recorrência desses discursos que circulam, há séculos, em nossa sociedade, que os veicula com o imperativo e com a força de uma lei – rígida e inviolável, cujo descumprimento é fator determinante para sanções e penalidades aos falantes incultos, agramaticais e (des)padronizados.

Observando, ainda, as alternativas da questão 33 pelo viés da prescrição da gramática tradicional, verificamos que, na alternativa “A” (dada como correta pelo gabarito), onde se lê: “Durante o ano de 2008, foi em geral decrescente a taxa de desocupação no Brasil.”, existe um “problema” no uso da vírgula. A expressão “em geral”, por se tratar de um adjunto adverbial deslocado, segundo algumas orientações mais puristas, deveria estar entre vírgulas.

Comparativamente observando as alternativas “A” e “D”, por ambas sinalizarem para o uso da vírgula, verificamos que nesta última (“A taxa de pessoas desempregadas em 04/08 e 02/09, é estatisticamente igual: 8,5.”) a justificativa para o não uso da primeira vírgula seria a regra gramatical que diz não ser preciso separar com vírgula o sujeito do predicado.

Essa orientação gramatical é, em relação àquela da alternativa “A”, mais consensual entre os gramáticos. Essa constatação nos leva a refletir se não haveria,

nesta questão, uma relativização das características da NP quanto ao uso da vírgula. Essa possível flexibilização, no entanto, não haveria em assuntos como: ortografia, concordância e crase.

Por fim, é patente que a ideologia sobre a língua veiculada nesta questão, que versa sobre NP e formalidade linguística, nos remete a FD que concebem que a variante padrão/formal está relacionada à escrita e deve obedecer aos preceitos gramaticais.

Interessante é observar que, em 2009, como dissemos, o Enem passou por uma reformulação, expressa também através da nova matriz de referência para o exame, onde estão os eixos cognitivos e as habilidades requeridas para cada uma das quatro áreas do conhecimento. No entanto, o fenômeno da variação linguística continuou a ser abordado por um viés purista.

## 5. Para finalizar o diálogo...

A partir das constatações acima, ponderamos que a análise das questões consideradas nesta seção permite concluir que as imagens sobre a língua relativas recorrem à NP com o objetivo de estabelecer, numa perspectiva dicotômica, o que seria formal e informal.

A fim de estabelecer essa diferença, as abordagens recorrem a diversos gêneros, como poema, gráfico, quadrinho, entre outros. Como dissemos, a NP é conceituada independentemente do contexto enunciativo veiculados por esses textos.

Encontramos, nas três primeiras questões, a formalidade manifesta através da NP relacionada à modalidade escrita, o que evidencia um discurso normativo-purista e uma perspectiva idealizada da língua.

Em geral, as questões discursivizam o fenômeno da variação, mas recorrem reiteradamente à NP, o que traz alguns efeitos: legitima apenas essa variante, apaga as demais e até mesmo silencia a variação e a heterogeneidade linguísticas.

Em todas as quatro questões, por fim, a NP é associada à formalidade, a rigor e à uniformidade – aspectos necessários ao estabelecimento da compreensão linguística –, o que nos permite dizer que há predomínio de um discurso tenso e conflituoso, na medida em que o exame tenta, ao mesmo tempo, legitimar a heterogeneidade e a uniformidade da língua.

Enfim, verificamos haver certa “regularidade enunciativa” (GRIGOLETTO, *op. cit.*) para a discursivização de questões que versem sobre a variante padrão, o que denota que as abordagens advêm de regionalizações de sentidos, presentes no interdiscurso, que não concebem a língua(gem) como fenômeno eminentemente heterogêneo e plural.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **ENEM**: documento básico. Brasília: MEC/INEP, 1998.
- \_\_\_\_\_. **ENEM**: fundamentação teórico-metodológico. Brasília: MEC/INEP, 2005.
- \_\_\_\_\_. SEMTEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: ensino médio. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002 a.
- \_\_\_\_\_. **Orientações curriculares para o ensino médio**: linguagem, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Básica, 2006. V. I.
- \_\_\_\_\_. **Matriz de Referência para o Enem 2009**: linguagem, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2009.
- BAGNO, Marcos. **A norma oculta**: língua & poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- \_\_\_\_\_. **M. Preconceito Linguístico**: o que é, como se faz? São Paulo: Loyola, 1999.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BORTONI, S. M. **Nós chegamos na escola, e agora?** Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005.
- BRITTO, Luiz Percival Leme. **Contra o consenso**: cultura escrita, educação e participação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.
- COSERIU, Eugênio; LAMAS, O. L. Linguagem e política. In: **Linguagem e Discurso**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.
- COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- \_\_\_\_\_. Carlos Alberto. Por uma pedagogia da variação linguística. In: **A relevância Social da Linguística**: linguagem, teoria e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GERALDI, João Wanderley. **Linguagem e ensino**: exercícios de militância e divulgação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.

GREGOLIN, Maria do Rosário. O que quer, o que pode esta língua? Teorias linguísticas, ensino de língua e relevância social. In: FARACO, Carlos Alberto [*et al.*]. **A relevância Social da Linguística**: linguagem, teoria e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GRIGOLETTO, Marisa. **A resistência das palavras**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. A cena enunciativa. In: **Novas tendências em análise do discurso**. 2 ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PATRIOTA, Luciene Maria. **A gíria comum na interação em sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2009.